**VENCIMENTO SALARIAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DO PIAUÍ**

Isabel Cristina da Silva Fontineles[[1]](#footnote-1)

UESPI

ic.fontineles@hotmail.com

Luís Carlos Sales[[2]](#footnote-2)

UFPI

lwis2006@gmail.com

**INTRODUÇÃO**

Este artigo analisa o vencimento salarial e sua relação com a formação do professor da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, considerando o período de 1996 a 2016. Para tanto, foram utilizadas as tabelas de vencimento e a folha de pagamento dos professores, procurando dialogar com os instrumentos legais editados no período.

Para facilitar a análise, dividiu-se a série histórica em períodos que marcam a evolução dos vencimentos salariais dos professores da referida Rede, dialogando com o contexto político e a legislação mais relevante de cada período.

A partir de um determinado ano da série histórica analisada, um fato relevante marcou o período: a aprovação da Lei do Piso. A referida lei trouxe, para o professor, expectativas positivas em relação a melhoria do seu vencimento salarial.

Considerando que a Lei do Piso toma como referência o professor, em início da carreira, portador de formação equivalente ao Ensino Médio, era de se esperar que uma das estratégias apresentadas pelos gestores seria garantir reajustes apenas para o professor no início da carreira (nível médio) e conceder reajustes menores aos demais professores com titulações mais elevadas, provocando inevitável achatamento salarial em curto espaço de tempo. Segundo Amilka Melo (2016), muitas redes de ensino (estaduais e municipais) revelam dificuldades em relação à aplicação dessa legislação, alegando recursos escassos para cumprimento da lei.

Por parte dos professores, a grande preocupação, após a entrada em vigor da Lei do Piso, foi com a possibilidade de o "piso virar teto", ou seja, com o tempo, todos os professores passarem a receber remuneração muito próxima, configurando, portanto, achatamento salarial, prática bastante condenável que prejudica a carreira docente e que torna a profissão pouco atrativa, trazendo impacto negativo em relação ao nível do aluno que busca as licenciaturas e, consequentemente, a qualidade da formação do futuro professor.

Considerando que o achatamento salarial afeta negativamente o vencimento e a sua relação com a formação, uma vez que deixa de ser vantajoso para o professor buscar sua qualificação, tendo em vista que um professor 40h, com doutorado, poderá receber remuneração muito próxima do que recebe um professor 40h com magistério (curso normal - nível médio), necessário se faz a realização de estudos que analisem o comportamento do vencimento salarial dos professores, em uma determinada série histórica, buscando observar como se comportou o vencimento salarial e sua relação com a formação do professor.

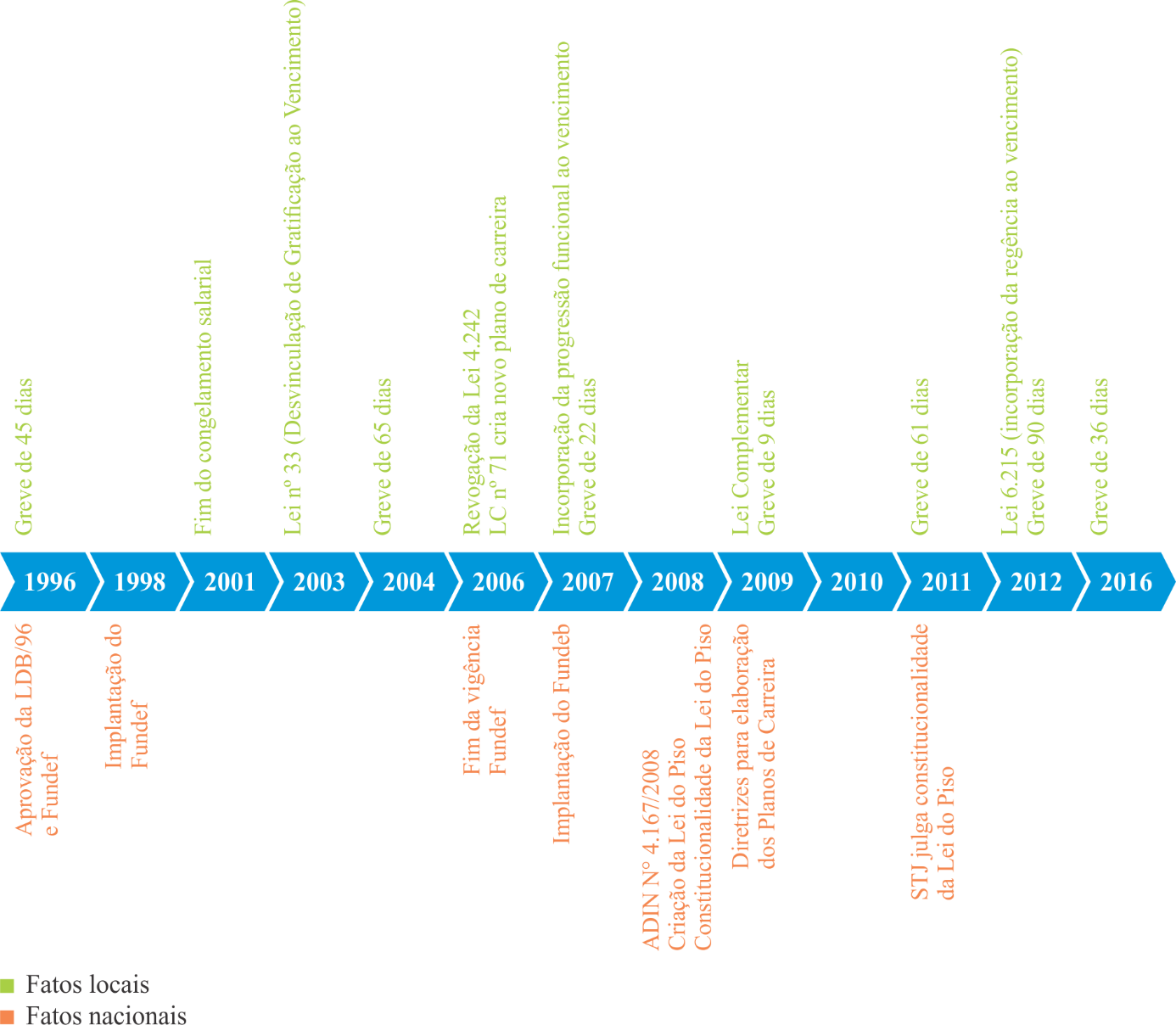
A pesquisa realizada fez uso de documentos, da legislação pertinente, de tabelas de vencimento e de folhas de pagamento. Para sistematizar os dados da folha de pagamento, foi utilizado um software estatístico (SPSS).

Vale destacar que os dados tabulados e apresentados funcionam, em certa medida, como formas discursivas que apresentam dizeres para além da linguagem direta. Isso significa que, na intersecção entre as dimensões quantitativas e qualitativas, os números apresentados são outros discursos que dão indícios sobre o objeto de pesquisa. Nesse sentido, os números fazem parte da problematização, tendo em vista que trazem informações para além do que leis e decretos conseguem demonstrar diretamente. Os dados assumem o papel do “não-dito”.

Ao longo do estudo, dividiu-se a série histórica em três grandes períodos: o primeiro vai de 1996 a 2001; o segundo se estende de 2002 a 2011; enquanto que o terceiro vai de 2012 a 2016.

Para melhor compreensão desse contexto histórico, a seguir, construiu-se a linha de tempo que sintetiza os principais fatos nacionais e estaduais, no que concerne à discussão em pauta.

Figura 1 - Linha do Tempo de fatos que influenciaram os valores do vencimento e da remuneração dos professores da Rede Pública Estadual de Ensino no Piauí



**Fonte:** Elaborado pela autora Fontineles (2016)

Fatos nacionais e locais cuja leitura depende das localizações com as configurações sociais, políticas e econômicas às quais remete. O que explicaria os dados que se mantiveram e os que oscilaram? Há relação direta com as proposições da política econômica nacional e local? Em que medida os números corroboram ou colocam em suspeição outras fontes. Em suma, quais os pontos de consonância e dissonância entre os dados numéricos e as informações oriundas de outras fontes?

Assim, as variações e oscilações nos índices, desde a década de 1990, devem ser vistos, por meio dos dados numéricos, como o “não-dito” que precisa de outras chaves de leitura: a contextualização do período em que foram produzidos. Os dados não são a verdade em si mesmos. Eles são indícios, que devem ser interpretados e não apenas catalogados e apresentados. Trata-se, assim, de implementar uma análise do discurso que promova a interação do dito e do não-dito, entre o alfabético e o numérico (viés mais presente no presente estudo) e, quando necessário, entre o verbal e o não-verbal. Como os índices da valorização são “ditos” só podem ser compreendidos no seio de sua contextualização, de seu período, de seu “não-dito”, visto que “o não dito precede e domina o dizer”[[3]](#footnote-3). É nesse campo de interconexões discursivas que se percebem avanços e recuos, continuidades e descontinuidades nos números aqui analisados, demonstrando a dinâmica das políticas econômicas, sobretudo conduzidas pelas mudanças cambiais e fiscais.

Tomando por base essa explanação a seguir são analisadas as tabelas de vencimento dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, no período de 1996 a 2016. Esse procedimento analítico toma como referência os Planos de Carreira dos professores, procurando dialogar com os documentos legais que respaldam a elaboração ou adequação dos Planos de carreira. Será tomado, ainda, como referência o professor com jornada de trabalho de 40 horas, no início das classes correspondentes aos seguintes níveis de formação/titulação: Nível Médio, Licenciatura, Especialização, Mestrado e Doutorado.

### Vencimento salarial e os níveis de formação dos professores da Seduc

A tabela 1, a seguir, apresenta, em valores nominais, o vencimento salarial do professor 40 horas, no período de 1996 a 2016, considerando os níveis de formação dos professores (no nível 1 de cada classe).

Tabela 1- Vencimento Salarial dos Professores da Seduc - Piauí (1996-2016)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **ENS. MÉDIO** | **LICENCIATURA** | **ESPECIALIZAÇÃO** | **MESTRADO** | **DOUTORADO** |
| 1996 | 204,36 | 243,99 | 268,94 | 308,46 | 333,34 |
| 1997 | 204,36 | 243,98 | 268,94 | 308,46 | 333,34 |
| 1998 | 204,36 | 243,98 | 268,94 | 308,46 | 333,34 |
| 1999 | 204,36 | 243,98 | 268,94 | 308,46 | 333,34 |
| 2000 | 204,36 | 243,98 | 268,94 | 308,46 | 333,34 |
| 2001 | 204,36 | 243,98 | 268,94 | 308,46 | 333,34 |
| 2002 | 302,18 | 341,80 | 366,76 | 398,28 | 431,16 |
| 2003 | 376,63 | 388,18 | 422,91 | 452,08 | 488,92 |
| 2004 | 442,19 | 497,33 | 539,07 | 576,01 | 621,75 |
| 2005 | 600,00 | 609,90 | 639,62 | 664,57 | 696,10 |
| 2006 | 700,00 | 739,62 | 764,58 | 796,10 | 828,98 |
| 2007 | 780,00 | 920,00 | 1.070,00 | 1.250,00 | 1.700,00 |
| 2008 | 840,00 | 970,60 | 1.128,85 | 1.318,75 | 1.793,50 |
| 2009 | 930,00 | 1.080,00 | 1.280,00 | 1.500,00 | 2.010,00 |
| 2010 | 1.024,68 | 1.255,75 | 1.437,20 | 1.644,88 | 2.080,77 |
| 2011 | 1.187,08 | 1.418,15 | 1.599,60 | 1.807,80 | 2.243,17 |
| 2012 | 1.681,00 | 1.993,39 | 2.215,19 | 2.469,04 | 3.001,81 |
| 2013 | 1.814,98 | 2.152,27 | 2.391,75 | 2.665,82 | 3.241,07 |
| 2014 | 1.965,99 | 2.331,35 | 2.590,75 | 2.887,62 | 3.510,72 |
| 2015 | 2.221,75 | 2.634,65 | 2.927,82 | 3.263,30 | 3.967,46 |
| 2016 | 2.474,14 | 2.933,95 | 3.260,42 | 3.634,01 | 4.418,16 |

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir das tabelas de vencimentos dos Professores da Seduc-PI

Entre os dados analisados na Tabela 1, verifica-se que, durante seis anos (1996 a 2001), os professores não tiveram nenhum reajuste salarial na carreira docente. Este congelamento ocasionou a desvalorização profissional e a perda de poder aquisitivo. Como é possível perceber, em 1996, ano da regulamentação do Fundef, não houve reajuste e após sua implantação, em 1998 e nos anos subsequentes até 2001, o reajuste foi zero por cento. De acordo com a referida Tabela, o período de 1996 a 2001 apresenta valores constantes, correspondendo uma diferença de apenas R$ 128,98 entre o vencimento do professor com Doutorado e o professor com formação em Nível Médio.

Findo o período de congelamento entre os anos de 1995 a 2001, os professores passaram a receber reajustes nos vencimentos salariais, a partir de 2002. O menor valor pago ao professor em 2002, com formação em nível Médio era R$ 302,18, pouco mais que um salário mínimo e meio. O maior vencimento, em 2002, foi concedido ao professor com Doutorado, mais de 2 salários mínimos.

A Tabela 1 revela que de 2002 a 2011, entre uma classe e outra, os professores receberam reajustes, porém, estes reajustes não ocorreram na mesma proporção, não obedeceram critérios típicos de uma carreira que obedece ao que consta no Plano de Cargo e Carreira.

Os dados apresentados, na Tabela 1, permitem observar que em 2003, ano da desvinculação dos itens de composição da remuneração (progressão, adicional por tempo de serviço e regência), o professor com formação em nível Médio recebia pouco mais que um salário mínimo (R$ 376,63), enquanto que o professor com Doutorado recebia um vencimento de pouco mais que dois salários mínimos (R$ 488,92). A partir do referido ano, as gratificações foram congeladas e não mais vinculadas ao vencimento. Segundo Marina Soares (2016, p, 46), essa desvinculação aponta para a intenção do Governo para com os profissionais da educação, demonstrando que “conquistas de longos anos de lutas deixaram de existir”. Desse modo, é possível inferir que tal freio através da desvinculação dos itens de composição da remuneração, em 2003, esteja ligado à Lei de Responsabilidade Fiscal[[4]](#footnote-4) aprovada ainda em maio de 2000, , além das prioridades do gestor público.

Em 2006, ano que marca fim da vigência do Fundef, o vencimento do professor com Doutorado ultrapassa a R$ 128,98 do vencimento percebido pelo professor com formação em nível Médio, que por sua vez, recebia um vencimento de dois salários mínimos (R$ 700,00). O ano de 2006 foi marcado por mudanças no Estatuto do Magistério de 1988 que se efetivaram a partir da Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006.

A análise que segue toma por base o período de 2006 a 2010. O início do recorte temporal (2006) marca o fim da vigência do Fundef e a mudança no Estatuto do Magistério de 1988, com a implantação da Lei Complementar nº 71, de 26 de julho de 2006. Em 2007, foi o ano do início do Fundeb e das discussões em torno do Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica - Lei nº 11.738, de 16/07/2008.

A Tabela 1 revela que o vencimento do professor com Doutorado da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, em 2007 recebeu elevado no seu vencimento salarial, saindo de R$ 828,98, em 2006, para R$ 1.700,00, ficando bem acima das demais classes ou titulação.

No ano de 2008, ano da aprovação da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, o professor com formação em nível Médio recebia um vencimento de R$ 840,00, que à época estava ficou abaixo do valor estabelecido pela Lei do Piso Salarial Nacional (R$ 950,00).

Em 2009, ainda que não tenha sido reajustado o valor do Piso, pois a Lei do Piso encontrava-se *sub judice* no STF, o Governo do Piauí reajustou o vencimento salarial do professor para R$ 930,00, ficando R$ 20,00 a menos que o valor do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, afixado em R$ 950,00 para o professor que possuía formação em nível Médio. Nesse ano os professores fizeram uma greve de 9 dias para que o reajuste acompanhasse o estabelecido pela Lei do Piso para aquele ano. No entanto, foi somente em 2010 que o vencimento do professor foi reajustado, conforme estabelecia a Lei do Piso.

Em 2010, o vencimento Salarial do Professor da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, com Nível Médio (40h) era de R$ 1.024,68, um centavo a mais que o valor estabelecido pela Lei do Piso (R$ 1.024,67). Vale destacar que, neste ano, o Plano de carreira do professor da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí passou por reformulação, a qual será apresentada a seguir:

Ao Analisar a Tabela 1, verifica-se que, entre os anos de 2010 e 2012, os maiores vencimentos foram pagos aos professores com Doutorado, R$ 2.080,77 em 2010; R$ 2.243,17, em 2011 e R$ 3.001,81, em 2012. Vale destacar que os reajustes estabelecidos pela Lei do Piso foram repassados aos professores.

A partir de 2012, os professores passaram a receber vencimentos acima do valor do Piso, em função das incorporações. Verifica-se que, em 2012, o Governo do Piauí cumpriu a Lei do Piso. Em 2013, ao elevar o vencimento de R$ 1.567,00 para R$ 1.814,98, ultrapassa mais uma vez o valor estabelecido pela Lei do Piso. Ressalta-se que, neste mesmo ano, o vencimento do professor com Doutorado chega a R$ 3.241,07, como observado na tabela 1, apresentando uma diferença de R$ 1.426,09 em relação ao vencimento do professor de Nível Médio.

Em 2014, o vencimento básico pago ao professor de formação em nível Médio foi de R$ 1.965,98. Neste ano, o valor do Piso equivalia a R$ 1.697,39. Em 2015, o Governo do Piauí pagou como vencimento ao Professor em Nível Médio o valor de R$ 2.221,75. O valor do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica foi fixado em R$ 1.917,78. Ainda em 2015, o professor com Doutorado teve como vencimento salarial, R$ 3.967.46, diferença de R$ 1.745.71 em relação ao professor com nível médio.

Em 2016, o valor do vencimento do professor de Nível Médio (2.474,14) supera o valor do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica que foi fixado em R$ 2.135,00. O valor destinado ao professor com Doutorado em 2016 chega a R$ 4.418,16, diferenciando-se do valor recebido pelo professor em nível Médio, que era de R$ 1.944,02.

Vale lembrar que toda gratificação concedida aos professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, através da Lei do Estatuto do Magistério em 1988, foi incorporada ao vencimento de 2007 a 2012.

A Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, através das Lei ordinária nº 6.215/2012, reajustou o Piso Salarial dos professores de ‘**A**’ a ‘**SL**’ em 8%, com efeito retroativo a janeiro/2012 e para as demais classes, concedeu o mesmo percentual a partir de maio/2012. Tal reajuste tomou como base a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. Esse período foi muito conturbado, muitos acordos firmados não fora cumprido.

Outra Lei que merece destaque é a Lei nº 6.239/2012, que surge após 90 dias de greve. Essa Lei reajustou o Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica até integralizar o percentual de 22,23%, sendo 10% em junho, 12% em agosto e o restante foi concedido em outubro de 2012. As referidas leis (Lei nº 6.215/20 12 e Lei nº 6.239/2012) incorporam a gratificação de regência. Em outras palavras, o governo pagou o valor do Piso de forma parcelada ao longo do ano. Embora viesse pagando o valor do Piso, não significa que o Governo acompanhe e respeite a referida Lei.

O próximo item mostra a realidade do vencimento salarial do professor da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, comparando-o com à titulação adquirida após formação profissional.

## Vencimento e titulação no magistério piauiense: estímulo à formação?

A seguir, a Tabela 2 apresenta a diferença percentual entre os níveis de formação (titulações), observando como variou o vencimento dos professores da Seduc em termos percentuais em relação à sua formação no período de 1996 a 2016.

Tabela 2 - Diferença percentual entre os níveis de formação - Piauí (1996-2016)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **ENS. MÉDIO** | **LICENCIATURA** | **ESPECIALIZAÇÃO** | **MESTRADO** | **DOUTORADO** |
| 1996 | - | 19,39 | 10,23 | 14,69 | 8,07 |
| 1997 | - | 19,39 | 10,23 | 14,69 | 8,07 |
| 1998 | - | 19,39 | 10,23 | 14,69 | 8,07 |
| 1999 | - | 19,39 | 10,23 | 14,69 | 8,07 |
| 2000 | - | 19,39 | 10,23 | 14,69 | 8,07 |
| 2001 | - | 19,39 | 10,23 | 14,69 | 8,07 |
| 2002 | - | 13,11 | 7,30 | 8,59 | 8,26 |
| 2003 | - | 3,07 | 8,95 | 6,90 | 8,15 |
| 2004 | - | 12,47 | 8,39 | 6,85 | 7,94 |
| 2005 | - | 1,65 | 4,87 | 3,90 | 4,74 |
| 2006 | - | 5,66 | 3,37 | 4,12 | 4,13 |
| 2007 | - | 17,95 | 16,30 | 16,82 | 36,00 |
| 2008 | - | 15,55 | 16,30 | 16,82 | 36,00 |
| 2009 | - | 16,13 | 18,52 | 17,19 | 34,00 |
| 2010 | - | 22,55 | 14,45 | 14,45 | 26,50 |
| 2011 | - | 19,47 | 12,79 | 13,02 | 24,08 |
| 2012 | - | 18,58 | 11,13 | 11,46 | 21,58 |
| 2013 | - | 18,58 | 11,13 | 11,46 | 21,58 |
| 2014 | - | 18,58 | 11,30 | 11,46 | 21,58 |
| 2015 | - | 18,58 | 11,13 | 11,46 | 21,58 |
| 2016 | - | 18,58 | 11,13 | 11,46 | 21,58 |

**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir das tabelas de vencimentos dos Professores da Seduc-PI

Considerando o nível de formação do professor, a Tabela 2 mostra como se diferencia o vencimento salarial do professor 40h da Rede Estadual de Ensino do Piauí no período de 1996 a 2016. Esta Tabela 6 revela três grupos de análise a saber: a) 1996 a 2001; b) 2002 a 2011; c) 2012 a 2016.

Ao analisá-la, pode-se constatar que, no primeiro período de 1996 a 2001, os percentuais entre as classes/titulação mantiveram-se constantes, sendo que o maior percentual foi para quem saía do Nível Médio para Licenciatura (19,39%) e o menor percentual para quem saia do Mestrado para Doutorado (8,07%).

A série histórica revela que embora nos anos de 1996 a 2001 tenha ocorrido congelamento salarial, o percentual pago ao professor foi maior na mudança de classe do professor de nível Médio para nível Superior. Portanto, o professor que saía do nível Médio e obtinha Licenciatura recebia um reajuste de 19,39%. Enquanto o professor que saiu da Graduação para Especialização, elevava seu vencimento em 10,23%; o professor que saiu da Especialização para o Mestrado obtinha um percentual de 14,69% a mais; e por fim, o professor que saia do Mestrado para o Doutorado elevava seu vencimento em 8,07%.

Devido ao longo período de congelamento de 1996 a 2001, “as mobilizações tiveram como uma das conquistas o retorno do valor pago ao segundo turno do professor com jornada de 40h”, isso porque, o professor recebia dois vencimentos, com valores iguais, para cada jornada de trabalho de 20h”, destacam Sales, Cruz e Silva (2014, p. 9). No ano de 2002, a política de reajuste salarial dos docentes sofre mudança. Mudança essa que vai até 2004, quando o segundo turno representou apenas 51% do valor pago ao primeiro turno, esclarecem os autores.

O segundo período, inicia em 2002 (ano que ocorreu último concurso para professor sem formação superior) e termina em 2011. Nesse período, observa-se os menores percentuais entre as formações, caracterizando-se como achatamento na carreira, tendo o ano de 2006 apresentado os menores percentuais entre as classes de formação. Nesse período, ao contrário, observa-se ainda vantagem para quem saía do Mestrado para o Doutorado, especialmente nos anos 2007 e 2008, registrando-se elevação no vencimento de 36% para quem saía do Mestrado para o Doutorado. Diferentemente dos demais professores que apresentaram nesse mesmo período, um percentual com queda abaixo de 18% entre as demais titulações. O menor percentual é registrado no ano de 2005, para o professor que saía do Ensino Médio para Graduação (1,65%). Em 2010, o que se evidencia foi uma tendência a se valorizar mais o professor que saiu do Ensino Médio para Graduação, em 22,55%.

No período de 2012 a 2016, os percentuais entre as classes mantiveram-se constantes, os maiores percentuais entre as classes foram para o professor que saía do Mestrado para Doutorado (21,58%) e para o professor que saía do Nível Médio e obtinha Licenciatura auferia um percentual de crescimento de 18,58%.

Destaque-se que, embora o professor da Rede Estadual de Ensino no Piauí não tivesse tido reajuste salarial, de 1996 a 2001, o estímulo para o professor leigo obter seu curso de Licenciatura foi grande. O estímulo pela formação, em nível superior no período de 1996 a 2001, foi motivado pela exigência da LDB/96, que estabelecia o prazo de até o fim da década da educação[[5]](#footnote-5) para que o professor tivesse tal formação. No período em questão, a Seduc fez parceria através de convênios com a Universidade Estadual do Piauí (UESPI) para graduar seus professores que apenas possuíam nível Médio, cujos recursos advinham do Fundef.

Em 2004, uma ação de integralização forçou o Governo a fazer acordo, embora que de forma gradativa, atingindo 74% da integralização do vencimento básico e somente em 2006 completa 100% em relação ao segundo turno.

Destaque-se que, em 2006, foi o ano da aprovação da Lei Complementar nº 21, de julho de 2006, que revoga o Estatuto do Magistério de 1988, cujos reflexos só foram percebidos no ano seguinte (2007). Vale lembrar que, em 2007, a Progressão funcional dos professores foi incorporada ao Vencimento Salarial, para elevar o valor do vencimento dos professores.

Ademais, a Lei 11.738/08 (Lei do Piso) ficou sem aplicabilidade legal nos estados e municípios, aguardando a decisão judicial, de 2008 a 2010. Segundo Sales, Cruz e Silva (2014, p. 9), “a pressão por reajuste foi motivada pela Lei do Piso e da forte demanda sindical por meio de paralisação e uma greve de 22 dias”, esses fatores forçam o governo piauiense “a elevar o vencimento salarial do professor 40h com Magistério no início de carreira de R$780,00 (2007) para R$ 840,00 (2008) com vistas a se aproximar do valor estabelecido pela Lei do Piso”. Valor este definido em R$ 950,00 para os anos 2008 e 2009.

Em 2009, o Governo Wellington Dias reajustou o vencimento do professor para R$930,00, ficando R$20,00 abaixo do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. A pressão continuou em 2010 para que a Lei fosse cumprida, levando o Governo piauiense a aprovar em 23 de março de 2010, a Lei Complementar nº 152 que regulamentou o piso salarial estadual para os profissionais do magistério público da educação básica e estabeleceu o seguinte valor em seu Art. 2º:

O piso salarial profissional estadual para os profissionais do magistério público da educação básica será de R$ 1.024,68 (um mil e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, conforme previsto no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (PIAUÍ, 2010, p.1).

A LC/2010 determina o Piso salarial do professor e o torna compatível ao Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica. Vale ressaltar que, em 2011, a partir de 27 de abril, a Lei do Piso passou a ser aplicável após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter julgado a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº. 4167).

**À GUISA DE CONCLUSÕES**

Fica evidente, ao longo da série histórica analisada, que os professores tiveram seus vencimentos salariais visivelmente achatados no período de 2003 a 2006, sendo que em 2005 o achatamento atingiu seu valor mais crítico, pois, praticamente não havia diferenciação nos vencimentos entre as classes de formação.

Em relação ao efeito da Lei do Piso no período (2012 a 2016)[[6]](#footnote-6), destaca-se a existência de uma data base para os reajustes (em janeiro), bem como o fato de, até o último ano da série histórica (2016), o Governo ter repassado o reajuste integral como estabelece a Lei, embora conseguido através de muita mobilização sindical, pois o Governo todo ano apresenta a proposta de dividir o reajuste em 6 (seis) parcelas, tendo como resultado greves todo início de ano.

Portanto, a relação entre o vencimento salarial e a formação dos professores, no geral, apresenta uma boa diferenciação percentual, revelando hierarquia entre as classes de formação, especialmente nos últimos 5 anos da série histórica (2012 a 2016). Nesse período, verifica-se vantagens percentuais constantes no vencimento do professor que mudava de classe formação: nível médio, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Como efeito positivo da Lei do Piso na Rede Pública Estadual, pode-se destacar a existência de uma data base para os reajustes (em janeiro) e o fato de até agora o Governo ter repassado o reajuste integral como estabelece a Lei, embora conseguido através de muita mobilização sindical, pois o Governo todo ano apresenta a proposta de dividir o reajuste em 6 (seis) parcelas, tendo como resultado greves todo início de ano.

**REFERÊNCIAS:**

SALES, Carlos Sales; CRUZ, Rosana Evangelista da; SILVA Magna Jovita. Remuneração dos docentes da rede estadual de educação do Piauí. **Fineduca**. Porto Alegre, v.4, n.4, 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>. Acesso em 24 out. 2016.

SOARES, Marina Gleika Felipe. **Remuneração e Carreira dos Profissionais da Educação Básica**: o impacto da Lei do Piso na Rede Estadual do Piauí no período de 2008 a 2014. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2016.

PIAUÍ.  **Lei nº 4.212, de 5 de julho de 1988.** Dispõe sobre o estatuto do magistério público de 1º e 2º graus do Estado do Piauí e dá outras providências. Teresina, 1988. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12635 >. Acesso em**:** 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n° 71, de 26 de julho de 2006.** Dispõe sobre o estatuto e o plano de cargos carreira e vencimento dos trabalhadores em educação básica do Estado do Piauí e dá outras providências. Teresina, 2006. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/scan/pages/jsp/scan/consultaDeAtoNormativo.jsp?idAtoNormativo=1294>. Acesso em: 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n° 152, de 23 de março de 2010**. Dispõe sobre o piso salarial profissional estadual para o os profissionais do magistério público da educação básica. Teresina, 2010. Disponível em: <http://legislacao.pi.gov.br/scan/pages/jsp/scan/consultaDeAtoNormativo.jsp?idAtoNormativo=11429>. Acesso em: 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_\_. **Lei n° 6.215, de 01 de junho de 2012.** Dispõe sobre o reajuste do vencimento dos profissionais do magistério público da educação básica, para atender ao piso nacional. Disponível em: http://www.seadprev.pi.gov.br/download/201312/SEAD30\_7061e8719f.pdf, Acesso em: 28 fev. 2016.

1. Doutora em Educação-Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí-UFPI e Professora Assistente da UESPI. [↑](#footnote-ref-1)
2. Profº Dr. Luis Carlos Sales do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí-UFPI. [↑](#footnote-ref-2)
3. Filósofo francês (1938-1983), cuja carreira intelectual foi marcada pelas proposições acerca da teoria da Análise do Discurso. Sua concepção materialista busca compreender as tensões entre interpretação e descrição da análise do discurso. Publicou, como principais livros, “Análise automática do Discurso” (1969), “Semântica e discurso: uma crítica da afirmação do óbvio” (1981) e “O discurso: estrutura e acontecimento” (1983). [↑](#footnote-ref-3)
4. **Lei de Responsabilidade Fiscal** (**LRF**), oficialmente **Lei Complementar nº 101**, é uma [Lei Complementar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Complementar) [brasileira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_brasileira) que tenta impor o [controle](https://pt.wikipedia.org/wiki/Controle_(administra%C3%A7%C3%A3o)) dos gastos da União, [estados](https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado), Distrito Federal e [municípios](https://pt.wikipedia.org/wiki/Munic%C3%ADpio), condicionado à capacidade de arrecadação de [tributos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tributos) desses entes políticos. Tal medida foi justificada pelo costume, na política brasileira, de gestores promoverem obras de grande porte no final de seus [mandatos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mandato), deixando a conta para seus sucessores. Também era comum a prática de tomada de empréstimos em instituição financeira estatal pelo seu ente controlador.  [↑](#footnote-ref-4)
5. Foi instituída através das disposições transitórias do art. 87 da LDB/96, a iniciar-se da publicação desta Lei, no prazo de um ano, determinando que a União encaminhasse, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação com diretrizes e metas para os dez anos seguintes. [↑](#footnote-ref-5)
6. A Lei do Piso (n. 11.738) foi promulgada em 16 de junho de 2008, no entanto, em função de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, apresentada por quatro unidades da Federação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Ceará), os seus efeitos práticos só foram observados a partir de 2012. [↑](#footnote-ref-6)